



## Representações dos negros na imprensa campineira na primeira década pós-abolição<sup>1</sup>

Renan Vidal Mina<sup>2</sup>

**Resumo:** Os negros tornaram-se vítimas de representação na imprensa campineira desde os anos 1870. Se, durante a vigência da escravidão, eram retratados como produtos negociáveis ou fugitivos, nota-se que, mesmo com a emancipação, continuaram a ser estereotipados. Examinamos como as tradicionais categorias de cor foram racialmente ressignificadas e sistematicamente empregadas pelos jornais locais na primeira década pós-abolição, demonstrando que as menções à população negra nas comemorações do 13 de maio dissimulavam a noção de cidadania ante um extenso rol de matérias desfavoráveis ao grupo.

**Palavras-chave:** Negros, Racismo, Processo de racialização, Imprensa campineira, Pós-abolição

### Representations of blacks in the Campinas' press in the first post-abolition decade

**Abstract:** *The blacks became victims of representation in the Campinas' press since the 1870s. If, during the period of slavery, they were portrayed as negotiable*

- 
- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/05699-4. Esse último encontra-se vinculado ao Projeto Temático "Dinâmicas de incorporação, mobilidade e dominação no Oeste Paulista, 1850-1950", igualmente financiado pela FAPESP (proc. 2023/11937-5).
  - 2 Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – E-mail: rvidalmina@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6571787796365999> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1513-4899>

*products or runaways, it is noted that, even with emancipation, they continued to be stereotyped. I examine how traditional categories of color were racially re-signified and systematically used by local newspapers in the first post-abolition decade, showing that mentions to the black population in the commemorations of May 13 dissimulated the notion of citizenship amidst an extensive list of unfavorable articles to the group.*

**Keywords:** Blacks, Racism, Racialization process, Campinas' press, Post-abolition

## **Representaciones de los negros en la prensa de Campinas en la primera década pos-abolición**

**Resumen:** Los negros se convirtieron en víctimas de representación en la prensa de Campinas desde los años 1870. Si, durante la vigencia de la esclavitud, ellos fueron retratados como productos negociables o fugitivos, se observa que, mismo con la emancipación, continuaron siendo estereotipados. Examinó cómo las categorías tradicionales de color fueron resignificadas racialmente y utilizadas sistemáticamente por los periódicos locales en la primera década pos-abolición, mostrando que las menciones a la población negra en las conmemoraciones del 13 de mayo disimulaban la noción de ciudadanía en medio de una extensa lista de artículos desfavorables al grupo.

**Palabras clave:** Negros, Racismo, Proceso de racialización, Prensa de Campinas, Pos-abolición

## **Introdução**

Campinas constitui uma unidade de investigação bastante profícua no que diz respeito ao enquadramento e aos enunciados veiculados acerca da população negra no imediato pós-abolição. Destino tradicional de homens, mulheres e crianças escravizados desde que a lavoura canavieira se expandiu pelo oeste paulista<sup>3</sup>, em fins do século XVIII<sup>4</sup>, o município transformou-se no principal

---

3 Sobre o detalhamento geográfico da região, cf. Truzzi e Volante (2021: 13).

4 Teixeira (2020) explica que, com o cultivo da cana-de-açúcar, a fabricação do açúcar e sua decorrente exportação para os mercados europeus, Campinas experimentou um significativo crescimento populacional, atraindo pessoas de condição social livre, bem como uma elite agrária que foi responsável pela compra de cativos.

núcleo de negros<sup>5</sup> da província de São Paulo em meados da década de 1870 (Slenes, 2011). Se, ao menos até 1850, ano da proibição do tráfico atlântico de africanos<sup>6</sup>, a grande maioria dos cativos importados para o Sudeste do Brasil provinha de sociedades falantes de línguas bantu, sobretudo da atual Angola e da região do “Congo-Norte”<sup>7</sup>, a partir desse período o que se viu foi uma progressiva comercialização interna de escravos originários do Norte e Nordeste para áreas cada vez mais prósperas do Centro-Sul (Slenes, 2011), onde o cultivo de um novo produto de exportação, o café, despontava gradativamente como um rentável substituto da produção de açúcar – essa última em declínio diante de um mercado controlado pelas colônias antilhanas e por Cuba.

Foi justamente em meio a essas profundas marcas da escravidão e da ruralidade que se sobrepôs uma nascente paisagem urbana, capaz de servir de alicerce para a conformação de uma inédita esfera pública a nível local. À medida que o advento da malha ferroviária para escoar o café do interior até o porto de Santos consolidava a privilegiada condição de Campinas como entroncamento das companhias Paulista e Mogiana, novos valores e padrões de sociabilidade eram igualmente delineados mediante a circulação intensa de indivíduos, ideias, modas e mercadorias. O encurtamento da distância em relação à capital paulista, convertida então no grande centro técnico, financeiro e mercantil da economia cafeeira, estimulou a incorporação de uma racionalidade burguesa que se dedicou a captar, editar e compartilhar concepções, expectativas e acontecimentos do dia a dia em formato de matérias de jornal.

O surgimento e a popularização de publicações periódicas, como os jornais, constituíram canais inovadores por meio dos quais os agentes sociais, em especial os grupos urbanos ascendentes, puderam difundir opiniões, discursos, notícias e ideologias em voga (republicanismo, evolucionismo, darwinismo social), tendo como alvo um crescente público anônimo disperso pelo território. É sobretudo a partir dos agitados anos 1870, período em que as fugas e os ataques de cativos contra fazendeiros e feitores em Campinas se acentuavam ao embalo da propaganda abolicionista (Azevedo, 1987), combinando-se com o efervescente imaginário de um embrionário segmento de profissionais liberais (juristas, jornalistas, literatos, médicos, etc.) cada vez mais obcecado pelas modernas doutrinas raciais europeias (Schwarcz, 1993) e que arrogava para

5 O termo “negro” é aqui empregado para designar todos os brasileiros afrodescendentes. Trata-se de uma forma conveniente de abarcar várias categorias raciais da época, incluindo “pretos”, “pardos” e “mulatos”.

6 Medida oficializada com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

7 Região que compreende a bacia do rio Congo/Zaire e a costa ao norte da desembocadura desse rio, até e incluindo o atual Gabão.

si a incumbência de dirigir os destinos de uma “nova nação”<sup>8</sup>, que impressos recém-lançados como a *Gazeta de Campinas*, *Diário de Campinas* e *Cidade de Campinas* começaram a retratar os episódios, as ações e os estigmas<sup>9</sup> relacionados à gente de cor ali radicada.

Se durante o regime escravista, os “pretos” que logravam escapar de seus senhores ficavam sujeitos a serem enquadrados na seção jornalística “Escravo(s) Fugido(s)”, onde suas características e traços fisionômicos eram minuciosamente descritos por aqueles que pretendiam recapturá-los, nota-se ao longo do primeiro decênio pós-abolição que, à exceção do 13 de Maio, efeméride na qual as elites brancas locais – sobretudo lideranças republicanas – encenavam o desejo de se redimirem no plano simbólico ao compartilhar com os libertos e seus descendentes os festejos previstos, os elementos negros – que lançariam um primeiro jornal próprio em Campinas apenas no início do século XX<sup>10</sup> – continuaram a ser representados em espaços nada prestigiosos, em artigos que noticiavam atos criminosos e violentos, um indicativo, pois, das condições restritivas de cidadania<sup>11</sup> que lhes foram reservadas posteriormente.

Albuquerque (2009) sublinha que a derrocada do escravismo e a consequente extinção do binômio senhor-escravo constituíram um momento de instabilidade e disputa em torno dos sentidos de liberdade e de novas formas de diferenciação social. Enquanto as elites nativas preocupavam-se em resguardar privilégios, a população de cor reivindicava a ampliação de direitos de cidadania.

8 Mais do que simplesmente promover a ascensão de uma burguesia tradicional de proprietários de terras, a produção agrícola para exportação no Brasil, seja a de cana-de-açúcar ou sobretudo a de café, viabilizou, na segunda metade do século XIX, a conformação de uma geração de intelectuais que, embora descendessem desses grupos agrários, se identificavam mais como representantes de segmentos urbanos emergentes, oriundos principalmente das fileiras das faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, ou de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Nessas instituições, discutiam, incorporavam e interpretavam as vogas científicas provenientes do exterior, notadamente os modelos evolucionistas e social-darwinistas (deterministas), que se valiam à época do exemplo de um país miscigenado como o Brasil para justificar o atraso e a inferioridade de populações a partir da ideia de raça. Assim, a questão racial foi se tornando um tema fundamental em meio às considerações e diagnósticos desses estudiosos sobre os destinos da nação brasileira, a qual visavam projetar como “moderna”, “industrial” e “civilizada”. Cf. Schwarcz (1993).

9 O termo estigma é aqui adotado “em referência a um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1981: 6). Os indivíduos estigmatizados – neste caso, os negros – são vistos como portadores de características que fogem às normas estabelecidas, sendo essas inferidas a partir de relatos de prisão, vício, desordem, atos criminosos e de violência.

10 Se no final do século XIX, era possível identificar jornais negros em circulação na cidade de São Paulo (Pinto, 2010), no caso de Campinas o primeiro representante da imprensa negra local fora aparentemente O Baluarte, fundado pelo Centro Literário dos Homens de Cor em 1903 com o objetivo de promover a “campanha defensiva da raça negra”, visando “libertá-la definitivamente do peso da crítica” à qual estava sujeita “pela força criminosa dos preconceitos da sociedade contemporânea” (Nosso programma, 1903: 1).

11 Por cidadania entende-se o exercício da liberdade e a igualdade de direitos civis e políticos. Cf. Cooper, Holt e Scott (2005), Domingues (2011) e Palma (2021).

Nesse sentido, o argumento que aqui apresento é que as representações<sup>12</sup> acerca dos negros circuladas através da imprensa campineira nos primeiros anos pós-emancipação exprimiam a redefinição das tradicionais categorias de cor como critério de classificação e formação de grupos, de modo que os termos “preto(a)”, “negro(a)”, “mulato(a)” e “pardo(a)” incorporaram a emergente noção de raça e passaram a ser cotidianamente mobilizados para se referir a sujeitos acusados de estarem implicados em casos qualificados como deploráveis e imorais. Esse iterado processo de racialização<sup>13</sup> tinha o papel de reorganizar hierarquias e delimitar lugares sociais qualitativamente distintos.

Considerando a raça um construto social orientado por uma ideia biológica errônea – mas dotada de efetividade política e uma forte dimensão afetiva – transplantado para a vida cotidiana, que tende a vincular um sistema de marcas físicas (percebidas como indelévels e hereditárias) a características morais, intelectuais e culturais com o intento de demarcar e naturalizar fronteiras e diferenças (Guimarães, 2009; 2024), este artigo tem por objetivo recuperar e examinar como os marcadores raciais eram efetivamente empregados nas edições de jornais veiculadas na primeira década pós-abolição, com vistas a demonstrar que as menções pontuais à população de cor nas comemorações do 13 de Maio limitavam-se a uma simulação de cidadania em meio a um extenso e recorrente rol de matérias desfavoráveis à imagem do referido grupo.

A presente análise está assentada na reconstituição histórica de artigos publicados nos principais periódicos que circulavam em Campinas entre 1888 e 1898. Os que elegi – a *Gazeta de Campinas*, o *Diário de Campinas* e a *Cidade de Campinas*, cujos números foram consultados junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) respectivamente – consistiam em jornais ideologicamente influentes a nível local e amiúde lidos pela “fina flor” ali estabelecida. Para operacionalizar o trabalho, tomei como referência um conjunto de datas simbólicas teoricamente passíveis de suscitar a organização de eventos cívicos atinentes ao povo negro. Somadas aos exemplares de 13 de Maio, as edições veiculadas nos aniversários de nascimento e/ou morte de célebres ativistas do abolicionismo (Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco – três deles negros), bem como no intervalo do Carnaval, serviram como pontes para resgatar discursos racializadores com

12 Valendo-me da ideia de Stuart Hall (2016), trato a representação, neste artigo, como um processo de demarcação, disputa simbólica e associação de conceitos, significados e essências a pessoas – inclusive via matérias jornalísticas – a partir de concepções e imagens baseadas no suposto da diferenciação racial.

13 Entendida aqui como um processo constante de “transformação ou redução de pessoas ou grupos a raças, ainda que classificadas a partir de características diversas” (Guimarães, 2024: 47).

fins de compreender as percepções, as essências atribuídas e as hierarquizações inscritas nas interações sociais da época<sup>14</sup>. Assim, este artigo não teve a pretensão de esmiuçar as posições ocupadas por essas folhas no campo de poder da província, nem de aprofundar-se em seus editoriais. Tampouco se trata de um estudo sobre as efemérides em si. Além-se, na verdade, às narrativas e às formas de representação acerca da gente negra publicizadas por integrantes de uma elite letrada cidadina no período ulterior à emancipação.

Do ponto de vista interpretativo, os jornais, entendidos aqui como um produto social, isto é, como objetos que revelam questões candentes da sociedade sob determinado ângulo ideológico, são examinados em diálogo com a historiografia sobre o pós-abolição e a sociologia histórica da racialização. As matérias que compõem este estudo foram recuperadas e decifradas não enquanto situações que realmente ocorreram e cuja autenticidade será comprovada. Ao contrário, foram lidas enquanto ocasiões carregadas de significados, propícias, portanto, para a apreensão dos modos de como os negros eram habitualmente retratados pelas classes ilustradas logo após o fim da escravidão.

O texto é organizado em três seções. Na primeira, as folhas escolhidas são apresentadas, tendo como pano de fundo uma Campinas que, ao experimentar o auge tanto da lavoura de cana-de-açúcar (1854) quanto da de café (1870-1886) mediante o braço escravo, comportou historicamente, no bojo de sua população, um contingente significativo de indivíduos de cor. Editadas em um município cuja posição se manteve economicamente estratégica em meio à expansão da fronteira agrícola, cada vez mais para o oeste, busco explorar brevemente o escopo da circulação de seus exemplares, quem eram os seus proprietários, suas orientações político-ideológicas, bem como as primeiras representações acerca dos negros. Na sequência, com a lente de análise direcionada às publicações alusivas ao 13 de Maio, verso sobre os sentidos atribuídos pela imprensa local à abolição da escravatura e as consequentes referências à população negra. Por fim, ampliando a relação de notícias selecionadas, dedico-me a demonstrar como a reiterada e explícita tipificação dos negros a partir de marcadores raciais em episódios que envolviam criminalidade, violência e perturbação da ordem é reveladora dos estereótipos e da subalternização social com os quais eles se depararam depois de alcançar a liberdade.

---

14 Além das edições de jornais que circularam exatamente nas datas de referência, foram igualmente examinados os exemplares veiculados nos cinco dias imediatamente anteriores e posteriores, com o fito de ampliar o leque de publicações potencialmente pertinentes ao estudo. Beneficiado pela dimensão e disponibilidade de seu acervo, as menções às reportagens do Diário de Campinas se sobressaem no período aqui considerado.

## Um município com herança escravista: situando os periódicos

Signo por excelência da vida urbana, a comunicação periódica campineira desenvolveu-se vigorosamente a partir do final dos anos 1860, à medida que o município se convertia no polo principal do oeste paulista (Semeghini, 1991). De antigo entreposto de Goiás, Mato Grosso, Uberaba, Franca e outras povoações interioranas, Campinas, impulsionada por sua crescente produção cafeeira, tornava-se um epicentro de mudanças, seja na fisionomia econômica, nas práticas culturais ou nos modos de vivê-las e pensá-las. Em meio à implantação das ferrovias Paulista e Mogiana, à expansão dos estabelecimentos comerciais e industriais, à fundação de empresas de serviços públicos, à criação de instituições de ensino e saúde, à inauguração de espaços de sociabilidade e ao acentuado afluxo de escravos, libertos, migrantes nacionais e estrangeiros, irrompia também uma gama de impressos como jornais e almanaques produzidos *in loco*, misturando-se às publicações que vinham da capital e despertando as atenções de um público leitor cada vez mais diverso, constituído por fazendeiros, profissionais liberais, trabalhadores e jovens estudantes, interessados em se manter informados sobre fatos e aspectos inerentes ao cotidiano de uma localidade onde um inédito e vertiginoso ritmo se impunha à circulação de mercadorias e às interações sociais.

Acrescente-se ainda que, aliada à infraestrutura ferroviária, à disseminação de novas técnicas e equipamentos, tais como as tipografias, as prensas e os trabalhos gráficos e editoriais, e ao advento de estabelecimentos como o gabinete de leitura, onde livros e periódicos podiam ser acessados por preços bem acessíveis, a cultura impressa gestada em Campinas beneficiou-se da própria condição do município enquanto um relevante centro de formação e articulação, principalmente de lideranças republicanas paulistas. Na medida em que a cultura europeia – em especial a da França – representava para essas elites o modelo a ser seguido, o periodismo despontava justamente como um desses elementos a serem incorporados como uma força ativa da vida moderna (Darn-ton; Roche, 1996).

Se os almanaques, publicados comumente uma vez ao ano, dispunham de um caráter estático de “guias da cidade” – muitas vezes minorando a ausência de dados e estatísticas organizados por instituições governamentais –, dotados de informações sintetizadas sobre suas instituições, escolas, associações beneficentes e de mútuo socorro, clubes recreativos, além de indicadores do comércio e de profissões (Cruz, 2013), a regularidade intrínseca à edição dos jornais acabava em contrapartida estimulando tudo a virar matéria. Ao lado

dos posicionamentos, das ideias e propostas dos grupos encarregados dessas folhas, figuravam incidentes do dia a dia, questões políticas locais, ocorrências policiais, algumas notícias regionais, nacionais e internacionais, comunicados de eventos promovidos por entidades, seções literárias, bem como anúncios de emprego, produtos e serviços.

Distribuídas ao longo de quatro páginas, as matérias jogavam luz sobre uma sociedade em pleno movimento, impactada por mudanças econômicas, demográficas e culturais significativas. Na capa, ademais do editorial, situado tradicionalmente à esquerda, logo abaixo do cabeçalho, soía aparecer uma miscelânea de temas, incluindo notícias do Brasil e do exterior. Eram majoritariamente nela e na segunda página que se revelavam as relações, as disputas, os valores e os conflitos inscritos no cotidiano de Campinas. Já nas duas últimas, predominavam os anúncios e classificados, dos quais, juntamente com as assinaturas, dependia a sobrevivência dos jornais.

Embora, é bem verdade, os esforços preliminares em prol da produção de uma folha tipicamente campineira remontem à década de 1850 – quando os irmãos João e Teodoro de Siqueira e Silva fundaram o pioneiro semanário *Aurora Campineira* (1858) –, pode-se dizer que é a partir do lançamento da *Gazeta de Campinas*, em 1869, tendo à frente da redação o jovem republicano Francisco Quirino dos Santos, que a imprensa local adquiriu efetivamente durabilidade. Preenchendo um vazio de publicações que se estendeu por nove anos, isto é, desde que o segundo periódico ali constituído, o também semanário *O Conservador*, vinculado ao partido de mesmo nome, encerrou as atividades com apenas seis meses de existência – a *Aurora* havia igualmente fechado as portas após completar dois anos de circulação –, a *Gazeta* nasceu como um bi-semanário, saindo às quintas-feiras e aos domingos (Filho, 2016).

Natural de Campinas, filho do major Joaquim Quirino dos Santos, fazendeiro desde os tempos do ciclo açucareiro, e de Maria Francisca de Paula Camargo, Francisco, que havia se graduado em 1863, pela Faculdade de Direito de São Paulo, acumulara uma razoável experiência no ramo jornalístico durante sua estadia na capital paulista. Associando-se ao sogro, o senhor Joaquim Roberto de Azevedo Marques, fundador e proprietário do *Correio Paulistano*, veículo no qual exercera a função de redator depois de escrever para os periódicos *O Lyrio* e *A Razão*, e nomeando como gerente o tipógrafo e jornalista português, José Maria Lisboa, a quem conheceu enquanto trabalhava no *Correio*, Francisco regressou à terra natal disposto a dar origem à sua própria folha, de tendência republicana (Brito, 1958; Filho, 2016).

À medida que a *Gazeta* circulava regularmente em Campinas, cuja economia era histórica e fortemente dependente da mão de obra escrava, tendo pouco mais de 43% (13.685) de sua população (31.397) constituída por cativos – segundo o censo de 1872, muito acima da proporção da província (18,7%) –, a representação do negro transformava-se em matéria recorrente em suas páginas, seja nos anúncios de venda de escravizados, seja nas denúncias de fuga – nas quais os evadidos eram inclusive tipificados a partir de suas respectivas aparências e serventias –, ou mesmo na reprodução de cartas de representantes das elites agrárias favoráveis à substituição do elemento servil por trabalhadores livres, sobretudo oriundos da Europa.

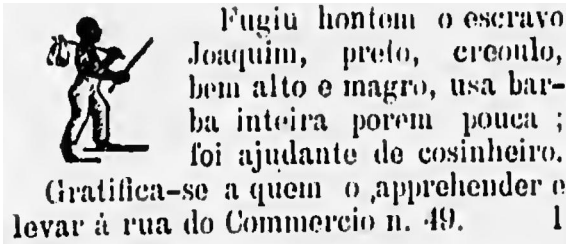
Como bem pontua Schwarcz (1993), esse era um contexto socialmente ebulitivo. De um lado, a crescente revolta dos negros contra o regime escravista, combinada com o movimento abolicionista, levava fazendeiros paulistas cada vez mais ressentidos a cogitarem a importação de imigrantes europeus a fim de se livrarem da dependência de uma mão de obra negra “insubordinada”, “vadia” e “insolente” (Monsma, 2021). De outro, intelectuais nacionais de prestígio, influenciados pelas teorias raciais estrangeiras da época, defendiam o recrutamento desses mesmos imigrantes para “embranquecer” e “modernizar” a população brasileira através da “eliminação do elemento negro pela miscigenação” (Duarte, 1947: 6). Produzia-se, assim, gradativamente, uma percepção generalizada de que a emancipação era “apenas uma questão de forma e oportunidade” (Azevedo, 1987: 85).

Inevitavelmente, sob o *status* de principal polo agrícola de São Paulo nos anos 1870, Campinas convertia-se em um terreno fértil para que tais temas ganhassem cada vez mais repercussão em meio às colunas de sua imprensa, a qual, inclusive, expandia-se. Em paralelo à *Gazeta*, que passara a circular diariamente a partir de 1876, surgia o *Diário de Campinas*, fundado em 1875 também por um republicano, Antonio Sarmiento. Nascido em Mogi Mirim, filho de José Joaquim de Moraes Sarmiento e Ana Tereza Duarte, Sarmiento deixava o posto de guarda-livros na firma comissária *Souza Vergueiro & Queiroz* para arriscar-se no mercado de impressos, associando-se a dois amigos que conhecera justamente quando atuava no comércio, os portugueses Henrique de Barcelos, caixeiro de uma loja de ferragens, e José Gonçalves Pinheiro, aprendiz de alfaiate.

Tal qual na *Gazeta*, os negros – cujo contingente em Campinas era bastante expressivo – apareciam em meio às edições do *Diário* na medida em que eram frequentemente retratados na seção de comercialização de escravos, quando eram presos acusados de terem cometido algum crime, ou nas

ocasiões em que fugiam de seus senhores. Nesse último caso, aliás, a ilustração de um homem de pele escura, carregando um pequeno saco com pertences, seguida de uma descrição da fisionomia do fugitivo e do oferecimento de uma recompensa, eventualmente, estampava a página do periódico com o intuito de incentivar os leitores a contribuírem com informações que levassem à sua captura (Figura 1).

**Figura 1** – Anúncio sobre um escravo fugido em Campinas



Fonte: Anúncios (1875)

É evidente que, desde o momento em que essas folhas entraram em circulação até o final da primeira década pós-abolição, ambas se depararam com mudanças administrativas, seja em suas direções ou redações. Ao que tudo indica, Francisco Quirino dos Santos, que transferira a propriedade da *Gazeta* para o jornalista e poeta porto-alegrense, Carlos Ferreira – o qual havia igualmente trabalhado no *Correio Paulistano* –, em 6 de maio de 1877, permanecera na função de redator até outubro de 1879, quando saiu em definitivo para dedicar-se fundamentalmente à advocacia. Coube a Carlos Ferreira tocá-la até maio de 1889, não resistindo, porém, “aos graves problemas econômicos e sociais advindos da primeira epidemia de febre amarela” (Filho, 2016: 38). Ainda que outro jornalista gaúcho, o pelotense Francisco Cardona, tenha dado uma sobrevida à *Gazeta*, a empreitada não fora nada longeva. Em 18 de setembro de 1890, o tradicional veículo fechava de vez as portas (Brito, 1958). Com isso, o *Diário de Campinas* tornava-se a folha mais antiga em atividade na cidade. Já sem contar com Barcelos e Pinheiro, que saíram para fundar o *Correio de Campinas* (1885), Sarmiento ganharia um novo concorrente na imprensa, *A Cidade de Campinas*, erigida em 1897 pelo carioca Alberto Faria.

Diretor do *Correio de Campinas* entre 1895 e 1896, Faria deixara o periódico de Barcelos para lançar seu próprio projeto (Academia Brasileira de Letras, 2025). Diferente da *Gazeta* e do *Diário*, seus antecessores, *A Cidade de Campinas* não chegou a cobrir o regime escravista, sendo criada diretamente

no imediato pós-abolição como órgão oficial do Partido Republicano Federal (PRF)<sup>15</sup>, quando uma quantidade maciça de imigrantes europeus se encontrava já misturada à população negra ali estabelecida, seja no campo (como colonos) ou na cidade<sup>16</sup>. Em consequência, sem o histórico de anúncios referentes à venda ou à evasão de cativos, o jornal nascera retratando os libertos e seus descendentes em outras situações do cotidiano, mesmo porque o município seguia abrigando um vultoso contingente de cor. Pouco antes do periódico de Faria entrar em circulação, os dados do censo de 1890 indicavam que, em números absolutos, nenhum destino do estado superava a quantidade de “pretos” existente em Campinas (7.060)<sup>17</sup>.

É justamente sobre o fim da escravidão, e em particular sobre os sentidos e representações do 13 de Maio, que a próxima seção se debruça. Ao mesmo tempo que as folhas aqui coligidas apresentam referências acerca das esperanças, do entusiasmo e das ações da gente de cor nas comemorações alusivas à data, elas também dão a conhecer as concepções, as interpretações e os discursos mobilizados em torno da efeméride por parte da própria elite ilustrada cidadina.

## A efeméride de 13 de Maio: simulações de cidadania

A assinatura da Lei Áurea, a qual aboliu formalmente o trabalho escravo no Brasil, ocorreu em 13 de maio de 1888. Ao recuperar relatos de cronistas e personagens da época, Domingues (2011) revela uma reação popular arrebatadora ao redor do país. Segundo o autor, ex-escravos, forros, livres, africanos, crioulos, negros e brancos tomaram as vias e celebraram “numa explosão de alegria nunca vista na história da nação” (Domingues, 2011: 22). No Rio de Janeiro, nas cercanias do Senado, as pessoas desfilavam, aplaudiam, bradavam palavras esfuziantes, exaltavam os heróis do novo tempo, recitavam poesias, cantarolavam, dançavam, bebiam, comoviam-se. Por meio do telégrafo, a notícia sobre a extinção da escravidão alastrava-se pelas províncias, contagiando boa parte do Império. Em São Paulo, uma multidão se reuniu para comemorar nas ruas e praças públicas. Em

15 Partido político de âmbito nacional – inicialmente chamado Partido Republicano Constitucional (PRC) –, fundado no Rio de Janeiro em julho de 1893, em reunião convocada pelo deputado campineiro Francisco Glicério e o senador Aristides Lobo, ambos membros do PRP. Cf. Setemy (2020).

16 Embora alguns negros tenham realmente migrado para as cidades depois da abolição, outros permaneceram no meio rural, às vezes até mesmo nas fazendas onde haviam sido escravos. De todo modo, independentemente das áreas em que se estabeleceram, eles conviveram, interagiram e trabalharam lado a lado com imigrantes europeus, sobretudo italianos, cuja imensa maioria chegara a São Paulo com as passagens pagas pelo estado (Monsma, 2005).

17 Lembrando que, no referido censo, a população foi classificada em “brancos”, “pretos”, “mestiços” e “caboclos”. (Cf. Bassanezi, 1998).

meio a grandes coretos e ao som de bandas musicais, os escravos festejavam, “dando vivas e mais vivas à princesa Isabel, a Redentora, a José do Patrocínio, Antônio Bento e outros defensores da raça” (Freyre, 2004: 595). Tal sensação de euforia era compartilhada em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Sergipe, no Maranhão, enfim, nas mais diferentes plagas urbanas e rurais.

Principal eixo da economia cafeeira, os municípios do oeste paulista, sobretudo aqueles localizados nas áreas mais antigas cobertas pelas ferrovias Paulista e Mogiana, cujas lavouras dependeram em larga medida da mão de obra cativa, testemunhavam um insólito cenário de agitação social. Campinas, historicamente reconhecida por sua vultosa coletividade negra, assistia a uma profusão de homens de cor saindo em passeata e tocando zabumba, permanecendo aglutinada até tarde da noite na praça José Bonifácio, em frente à igreja matriz, entretida em um animado samba (A abolição, 1888). Ao longo de uma semana, associações recém-constituídas por libertos também promoviam encontros, confraternizavam entre si e ocupavam o espaço público, revestidas de expectativas por respeito e igualdade.

Por iniciativa das sociedades Luiz Gama, Filhas de Averno e Flor da Mocidade, realizou-se anteontem a manifestação projetada à imprensa e aos principais abolicionistas desta cidade. Pelas 6 e meia da tarde, aquelas sociedades reuniram-se com os seus estandartes e tendo à frente a banda Azarias no Largo do Teatro. Ao cortejo [...], agregaram-se muitos libertos, formando um [...] préstito que [...] se dirigiu pela rua S. José até a do Rosário, onde [...] usou da palavras o sr. dr. José Lobo, saudando esta redação em nomes dos manifestantes, exagerando os serviços prestados pelo Diário de Campinas à causa da liberdade [...]

 (Manifestações, 1888: 2).

Aliado à descrição de uma turba que se esbaldara por horas pelas alamedas em meio a fogos de artifício, músicas, flâmulas e bandeiras, o *Diário de Campinas* dedicara narrativas laudatórias a políticos e personalidades locais que discursaram efusivamente perante os populares em celebração à libertação dos cativos. A capa do exemplar que circulara imediatamente depois do 13 de maio exprimia uma linguagem carregada dos típicos valores liberais do período. Conforme esclarece Skidmore (2012: 43), a pressão e a condenação moral advinda tanto da Europa – notadamente da Inglaterra e da França – quanto da América do Norte – uma vez consumada a emancipação nos Estados Unidos em 1865 –, territórios onde “o liberalismo político e econômico avançava de triunfo em triunfo”, fazia da escravidão no Brasil, sobretudo aos olhos dos abolicionistas, entusiastas da respectiva doutrina, um anacronismo vergonhoso no

mundo moderno, em desarmonia com o ideal de “progresso” da época. Joaquim Nabuco, principal teórico do abolicionismo, difundia o argumento liberal na medida em que defendia que o Brasil não deveria ser “uma nação moralmente só”, um “leproso lançado fora do acampamento do mundo”, ou seja, “a estima e o respeito” de nações estrangeiras civilizadas eram, segundo ele, “apreciáveis”. Considerando a escravidão um “atraso” e comparando-a com “uma árvore cujas raízes esterilizam [...] o solo [...] onde se estendem” (Nabuco, 1880: 9), Nabuco ajudou a ecoar junto ao imaginário social o entendimento de que a “libertação do escravo” significava a própria “libertação do país” (Nabuco, 1880: 13), condição indispensável para alcançar o *status* de uma “grande nação”. Não é à toa, portanto, que expressões ufanistas, tais como “[...] o Brasil entrou finalmente no número das nações verdadeiramente liberais [...]”, “[...] podemos orgulhar-nos de fazer parte das nações civilizadas [...]”, ou, então, “[...] raiou a aurora da civilização [...]” ganhavam destaque na primeira página da edição do *Diário de Campinas* veiculada logo após a promulgação da Lei Áurea (*Ave libertas*, 1888: 1; *Salve...*, 1888: 1).

Em sintonia com a construção de uma imagem civilizatória, calcada em parte em uma nova sensibilidade e moralidade humanista (Alonso, 2015: 15), vinha a justificativa de que o fim da escravidão também consistia em uma “obra de [...] sabedoria prática e previsão econômica” (*Extinção...*, 1888: 1), de acordo com as exigências da expansão de formas capitalistas de produção. Em editoriais publicados no decorrer de maio, o *Diário de Campinas* enaltecia o trabalho livre, especialmente engrossado pelo recrutamento de um farto contingente de imigrantes, como requisito para a prosperidade e engrandecimento do Brasil. De um lado, subsistia por trás dessa narrativa a concepção de que a introdução de “milhares” (*Agências...*, 1888: 1) de europeus poderia contribuir para reduzir a carência de mão de obra nas lavouras de café decorrente da eliminação do trabalho escravo – sobretudo nas áreas de expansão do plantio mais a oeste –, bem como apressar o almejado processo de embranquecimento do país (Skidmore, 2012). De outro lado, apesar do orgulho alegado pela extinção de uma “mácula” e de uma “instituição detestável” como o escravismo (*O Brasil...*, 1888: 1), esse tipo de discurso encobertava uma considerável desconfiança das elites em relação à própria capacidade de adaptação dos negros à liberdade, dos quais se cobrava, inclusive, demonstrações de que seriam dignos da mesma, afeitos ao trabalho (*A abolição*, 1888: 2) e que não incorreriam em crimes, vícios ou vadiagem (*Aos libertos*, 1888: 1). Caso contrário, conforme advertia o *Diário de Campinas* em editorial, os recém-libertos encontrariam “o desprezo público, a miséria e a repressão legal” (*Aos libertos*, 1888: 1).

Como bem apontaram Fernandes (2008) e Costa (1988), uma vez consumada a transição da escravidão para o trabalho livre, a elite branca brasileira, incluindo a maioria dos abolicionistas, lavou as mãos em relação aos destinos dos ex-escravos. A aceitação do postulado da igualdade universal entre os homens, oriunda do liberalismo, “era colocada ao nível dogmático e teórico, acima e além de qualquer contato ou engajamento com os interesses reais das pessoas envolvidas” (Guimarães, 2009: 50). Embora declamassem princípios, recitassem fórmulas e adotassem termos atinentes à referida doutrina, o fato é que essa camada social mais privilegiada não tinha “uma reflexão sobre as relações raciais”, nem se preocupava com “a condição dos negros depois da abolição” (Guimarães, 2009: 49-50), ao ponto de o *Diário de Campinas* distribuir pela cidade um comunicado em que tratava o 13 de Maio como “o dia da justiça e da reabilitação” para “oprimidos” e também “opressores” (Boletim, 1888: 1). No fundo, o que se celebrava fundamentalmente era que, ao contrário dos processos violentos de emancipação transcorridos no Haiti e nos Estados Unidos (Azevedo, 1987; Costa, 1988), a extinção da escravidão havia se concretizado por aqui mediante um ato do Parlamento, sendo interpretada como uma “dádiva” concedida pelo senhor branco. Um sentimento de alívio que se dissimulava na capa do periódico por meio de expressões idílicas que insinuavam uma futura convivência cordial entre semelhantes.

[...] O Brasil tem razão para ensoberbecer-se com a sua obra [...]. Não era de uma colônia [...] que tínhamos de extirpar a escravidão, mas do seio da pátria, de entre nós mesmos, do interior das nossas casas, do organismo das nossas indústrias. Tínhamos de fazê-lo, não a título de represália, não por sugestões de ódio contra nenhuma classe, não por entre convulsões do interesse ofendido, mas no meio de paz profunda, por efeito de geral congratamento, pela confraternização e pela harmonia majestosa que estamos testemunhando [...]. Congratulamo-nos com o Brasil por esse extraordinário feito, que será certamente início de uma nova era para os nossos créditos de povo civilizado, para a organização definitiva do trabalho nacional, para a prosperidade segura e estável desta pátria [...] (Extinção..., 1888: 1).

Essa aparente cidadania passou a ser pontualmente performada nos eventos destinados à celebração dos aniversários da abolição. Membros de segmentos urbanos ascendentes, pessoas de cor e sócios de entidades negras, notadamente das sociedades Luiz Gama e 13 de Maio, organizavam missas, passeatas e bailes para confraternizar, prestar homenagens e ritualizar o exercício dos ideais de

liberdade e igualdade. Se, para os libertos e descendentes, tais solenidades figuravam como oportunidades únicas para se aproximarem e tentarem angariar apoio de indivíduos influentes no que diz respeito à reivindicação de demandas e direitos associados ao seu novo estatuto jurídico-social; por outro lado, a participação de certos nomes com prestígio podia render-lhes uma vigorosa imagem de sujeitos benevolentes, sensíveis, justos e civilizados.

Seja por meio de anúncios publicados no *Diário de Campinas*, seja por meio de relatos produzidos pelos próprios redatores do periódico, é possível perceber que uma das estratégias correntes da gente negra era justamente percorrer as principais ruas da cidade com seus estandartes, cumprimentando autoridades da Câmara Municipal, bem como os responsáveis pelos jornais locais (Festejos..., 1897: 3; 13 de maio, 1898: 1). Como Palma (2021: 32-33) faz questão de ressaltar, “mesmo após o reconhecimento legal do fim da escravidão, a população negra ainda deveria afirmar a sua condição livre”, de sorte que as relações interpessoais constituíam “um *locus* primordial para a efetivação desse projeto de vida”.

Ao mesmo tempo que retratava superficialmente essas movimentações dos indivíduos de cor em busca de integração social, respeito e da consolidação do *status* de cidadãos<sup>18</sup>, a elite ilustrada à frente do *Diário de Campinas* arrogava, na efeméride da abolição, o papel de forjar um imaginário de conciliação e fraternidade entre ex-senhores, ex-escravos, brancos, mestiços e negros livres. O interessante, porém, é que, na medida em que se buscava veicular a ideia de que o 13 de Maio era uma conquista do “povo brasileiro” (13 de maio, 189: 1)<sup>19</sup>, tais narrativas se revelavam amiúde uma simulação de cidadania, uma vez que elas próprias deixavam transparecer estereótipos e suspeitas em relação ao preparo cultural dos negros para a liberdade, bem como a permanente posição de subalternidade que se imputava a eles. Mesmo um abolicionista convicto como o advogado republicano e ex-vereador de Campinas, Antonio Alvares Lobo, que no limite qualificava a raça negra como “humilde” e “operosa”, manifestava preocupação “com quem nunca possuía aprendizagem para o exercício de direitos imprescritíveis, somente reservados ao homem” (Lobo, 189: 1). Influenciado pelas teorias raciais deterministas vigentes, argumentava no aniversário de nove anos da abolição que os pretos lutavam:

18 Cf. Fernandes (2008).

19 Tratado como princípio unificador da “nossa nacionalidade”, razão pela qual a data deveria ser celebrada em clima de conagração e união nacional (Domingues, 2011).

[...] contra hereditariedades invasoras que lhe legara sua desgraçada condição de cativos: o vício originário na constituição de suas famílias, o pouco apreço [...] à integridade das donzelas, o embrutecimento característico de sua inteligência pela vida animalizada que levavam, a embriaguez constante deles ou o alcoolismo crônico de seus antepassados [...], a sífilide bestial que traziam na massa do sangue por transgressão das leis humanas, alterando as funções essenciais do próprio organismo [...] (Lobo, 1897: 1).

Instrumentalizada, a moderna noção de raça “tornou-se funcional para a manutenção das hierarquias constituídas durante a escravidão – as quais eram agora interpretadas como assimetria biológica” (Palma, 2021: 118). Nas palavras de Cunha (2009: 18), essa ideia encaixou-se “como uma luva aos anseios de ex-senhores angustiados”.

Flexível, pertencia simultaneamente à natureza e à história: biologicamente inferiores e ainda infantilizados, embrutecidos ou corrompidos pelos séculos de servidão, os negros podiam permanecer legitimamente em posição subalterna, sem que isso comprometesse o edifício liberal do abolicionismo e da república (Cunha, 2009: 18).

A seguir, demonstrarei, com base em variadas publicações sobre episódios do cotidiano, que, com o desmantelamento do regime escravista, a suspeição habitual e o estigma referentes aos negros foram reiteradamente mobilizados em meio às páginas dos principais periódicos campineiros, revelando-nos a recomposição de hierarquias e lugares sociorraciais subalternizados.

### Vida cotidiana e estigma de cor

Não restam dúvidas de que termos como “negro”, “preto”, “pardo”, “mulato”, “crioulo” foram cunhados originalmente pelos senhores, que se denominavam “brancos”, para designar aqueles que lhes eram subalternos (Guimarães, 2003). Cunha (1985: 22) é bastante convincente quando nos apresenta que, na primeira metade do século XIX, três dimensões intervinham para classificar internamente a população de libertos: a cor, a nacionalidade e a condição legal.

A cor era negra ou parda: as gradações intermediárias, usadas eventualmente para descrever um indivíduo, não pareciam ser usadas para classificá-lo numa subclasse. Quanto à nacionalidade, era-se africano (com subdivisões étnicas não necessariamente usadas, mina, angola, etc.) ou crioulo, isto é,

nascido no Brasil. Quanto à condição legal, enfim, era-se forro – isto é, liberto – ou ingênuo – isto é, nascido livre [...] (Cunha, 1985: 22).

Ao analisar detidamente as notícias da imprensa paulistana nos momentos em que o cativeiro vigorava, Schwarcz (1987: 155) percebeu que os negros eram sempre vistos como escravos. Qualquer elemento de cor perambulando pelas ruas “era capturado e até segunda averiguação, ficava retido por suspeita de ser escravo”. Especialmente a partir do lusco-fusco da escravidão, à medida que as fugas e revoltas dos cativos se avolumavam, a conotação depreciativa em torno da figura do “negro” se acentuou. Esse último passou a ser retratado cada vez mais como alguém não confiável, perigoso e violento. Mattos (1995: 110) indica que esse sentido pejorativo carregado pela palavra “negro” atravessou o pós-abolição, sendo entendida como sinônimo de ex-escravo. Assim, para fazer referência ao “homem livre”, “cidadão”, empregava-se progressivamente o termo “preto”, em alusão à cor e não à posição social (Guimarães, 2003).

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Candido de Figueiredo, lançado em 1899 e atualizado posteriormente em 1913, definia “negro/a” como “escravo, sombra, trevas” (Figueiredo: 185), enquanto “preto/a” era tratado como um indivíduo de “raça negra” (Figueiredo: 363). Uma poesia satírica, também recuperada por Mattos, publicada em meados de 1888 no jornal fluminense *Monitor Campista*, de Campos dos Goytacazes, dá bem a medida dessa concepção:

Vou morar para cidade  
 Meu caro amigo e parente:  
 Este mundo na verdade  
 Procura zombar da gente  
 Não sei o que fazer agora.  
 — Os negros foram-se embora:  
 Mas como tudo mudou-se!  
 Já não é mais como dantes [...]  
 Fui ver pretos na cidade  
 Que quisessem se alugar.  
 Falei com esta humildade:  
 — Negros, querem trabalhar?  
 Olharam-me de soslaio.  
 E um deles, feio, cambaio,  
 Respondeu-me, arfando o peito:  
 — Negro, não há mais, não:  
 Nós tudo hoje é cidadão (Campista, 1888 *apud* Mattos 1995: 110)

Isso fica evidente nas situações narradas pelos três periódicos que constituem a base documental deste estudo. O uso do vocábulo “preto/a” para se referir a uma pessoa de cor era predominante, muito embora, na grande maioria das vezes, fosse para retratá-la em seções ou matérias atinentes a casos negativos ou indignos. O mesmo ocorria com o “pardo/a”, atribuído àquela cuja cor fosse “intermediária a preto e branco, quase escuro” (Figueiredo, 1899: 262), e o “mulato/a”, imputado a quem descendesse de “pai branco e mãe preta ou vice-versa” (Figueiredo, 1899: 163) – termos, no entanto, menos utilizados. Conforme observado argutamente por Guimarães (2009: 48), “com a substituição da ordem escravocrata por outra ordem hierárquica, a cor passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para a raça”. Sejam nas representações racialmente ressignificadas do “preto”, do “mulato”, do “pardo” ou explicitamente do próprio “negro”, velhas imagens e estereótipos se reproduziam, denotando o ímpeto das elites brancas em delimitar fronteiras e reafirmar sua posição de poder.

[...] no uso burocrático e popular, o termo cor substitui o de raça, mas deixou à mostra todos elementos das teorias racistas – cor, no Brasil, é mais que cor de pele: na nossa classificação, a textura do cabelo e o formato de nariz e lábios, além de traços culturais, são elementos importantes na definição de cor (preto, pardo, amarelo e branco) [...] (Guimarães, 2011: 268).

São inúmeras as publicações da imprensa campineira na primeira década pós-abolição em que os indivíduos de cor aparecem vinculados a situações reputadas como reprováveis. A frequência com que os articulistas destacavam o marcador racial antes do nome do sujeito a que se referiam é reveladora da condição social à qual os negros estavam submetidos, vistos permanentemente como suspeitos, traiçoeiros e larápios.

Com as manchetes “Desordens” e “Fabrica de brigas e escandalos”, o *Diário de Campinas* insinuava que os “pretos” que frequentavam os botequins ao redor da praça Carlos Gomes contribuíam para transformá-los em verdadeiros “focos de desmoralização”, sendo imprescindível, portanto, o patrulhamento da polícia (Desordens, 1889: 1; Fabrica..., 1889: 2). A desconfiança e o descrédito em torno dos homens de cor eram de tal ordem que a *Gazeta* chegava a recomendar às mulheres que encontrassem um noivo “branco” para evitar um “futuro negro” (Máximas..., 1890: 2). Ademais, é bem possível ainda que episódios como os dos pretos Francisco Manoel dos Santos e Epaminondas Alves Monteiro, flagrados ao apresentar ordens falsas de compra em estabelecimentos comerciais (Prisão, 1890: 2; Prizão..., 1891: 2), ajudassem a reforçar esse sentimento constante de suspeição por parte dos brancos.

Soma-se a isso a profusão de notícias envolvendo acusações e prisões por “furto”. Em junho de 1890, a *Gazeta* informava a detenção do “mulato Lucrécio” por supostamente roubar objetos em uma fazenda (Furto, 1890: 2). No *Diário*, anunciava-se a prisão do “preto Manoel Barbosa” por furtar “duas galinhas” (Prisões, 1889: 2), ao passo que o “preto Alberto” era recolhido à cadeia acusado de saquear a própria enfermaria onde trabalhava (Prisão, 1889: 2). Destinos semelhantes teriam os “pretos” Leôncio Bueno e Antonio Cesário, apontados como autores de um roubo na chácara do senhor Carlos Salles (Roubo..., 1891: 1; Inquérito, 1891: 2), além de Antonio Egídio, acusado de surrupiar uma caixa com dinheiro da residência de Benedita Hortência (Roubo, 1897: 1), e Salvador, que teria “furtado algumas peças de roupas e um relógio de algibeira” pertencentes a Maria Carolina de Arruda Barros (Furto, 1897: 1).

Matérias como essas contribuía para alimentar e sedimentar a pecha dos negros como “gatunos” em meio ao imaginário popular. Detido por roubar uma loja de tecidos, o “preto Tobias” era retratado como um gatuno “já conhecido da polícia pelas contínuas ladroeiras” praticadas (Gatuno, 1894: 1). O “pardo Joaquim Antonio da Costa” também era encarcerado “por suspeição de gatuno” (Gatuno..., 1894: 1). Sem contar a queixa prestada pela senhora Maria Costa na delegacia, presumindo que o “preto Sérgio Macedo de Siqueira” seria o gatuno que teria lhe afanado “um par de bichas de brilhantes” (Furto, 1898: 1). Até mesmo um simples negro sentado à frente de um estabelecimento comercial à espera de sua esposa era motivo para despertar a desconfiança de autoridades e suscitar ações truculentas contra um potencial “ladrão”.

Ontem pelas 6 e meia da tarde, um soldado [...] provocou [...] um velho preto que estava [...] sentado na rua Regente Feijó, em frente à padaria do sr. Emílio Rodrigues, esperando [...] sua mulher [...], onde é empregada, para acompanhá-la à casa. O soldado insultou o pobre homem, chamando-lhe de gatuno [...], ameaçava-o de prendê-lo e esborda-lo [...] o soldado puxou de uma navalha e tentou ferir o velho que escapou dessa agressão por ter chegado sua mulher que se colocou entre o soldado e seu marido para defender este (Soldado..., 1888: 1).

Por falar em violência, a insubordinação e a rebeldia crescente dos negros, nos últimos anos da escravidão, aguçaram o temor e o ressentimento das elites brancas, fazendo com que a tendência de enxergá-los como sujeitos afeitos à agressividade, ao tumulto e à brutalidade se acentuasse e perdurasse ao longo do tempo (Monsma, 2021). Notícias dando conta do

envolvimento de indivíduos de cor em brigas e confusões, algumas das quais com consequências trágicas, enxameavam as páginas dos periódicos depois da emancipação.

Em agosto de 1888, o *Diário* destacava o suicídio do “preto Antonio”, o qual teria cometido tal ato logo depois de matar a esposa “a facadas” devido ao seu “mau procedimento” (Assassinato..., 1888: 2). No mês seguinte, mais uma reportagem acerca do relacionamento de pessoas de cor com um desfecho sinistro: um “preto” aparecera “enforcado em uma árvore” após assassinar a tiros uma “preta”, com quem pretendia se casar, por motivo de “ciúme” (Enforcado, 1888: 1). Em novembro, era a vez do jornal comunicar a prisão do “preto Narciso Aranha [...] por estar armado com uma garrucha carregada” no hipódromo (Prisões, 1888: 2). Mesmo destino teria o jovem “preto Benedito”, de 15 anos, detido por tentar esfaquear o próprio pai (Promette!, 1891: 2). Já no *Cidade de Campinas*, divulgava-se que o “preto Geraldo” havia sido preso por espancar um indivíduo (Esbordoamento, 1897: 2).

Conflitos com imigrantes europeus, com quem os negros conviviam, interagem e amiúde se indispunham em meio às relações cotidianas, sobretudo na esteira das migrações em massa, igualmente ganhavam destaque na imprensa. Na noite de 24 de janeiro de 1892, três italianos teriam batido à porta da casa do “preto Marcelino”. Conforme descrito pelo *Diário*, uma acalorada discussão se iniciou assim que Marcelino atendeu os rapazes, com o negro “recebendo insultos à sua honra”. Travando uma luta corporal com seus agressores, Marcelino acabara morto com uma “punhalada no coração” (Assassinato, 1892: 2).

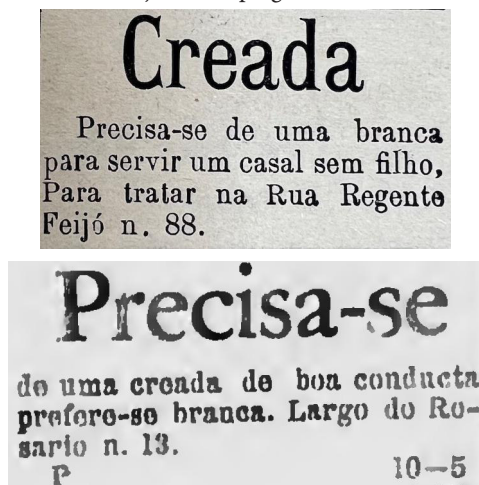
Nas imediações da cidade, mais precisamente na propriedade do senhor Joaquim Teixeira Nogueira, um “grupo de negros” também entrava em confronto com portugueses. Após uma provocação dirigida aos primeiros, sucederam-se “uma troca de palavras azedas e uma forte briga”, resultando em um lusitano assassinado e em outro gravemente ferido. O “preto Olegário Joaquim de Cerqueira” fora encaminhado à cadeia, acusado de homicídio (Graves..., 1898: 1).

Nesses dois últimos episódios, em particular, é bem provável que os negros em questão tenham sido alvos de ofensas raciais. Como Monsma (2021) argumenta, a violência entre negros e imigrantes decorria em grande parte do fato de ambos os grupos ocuparem posições sociais similares, o que os fazia competir pelo respeito e reconhecimento social, sobretudo das elites. Enquanto os imigrantes, ao perceberem como brasileiros brancos desprezavam os negros, reforçavam um senso de superioridade branca previamente

trazido da Europa – influenciados em alguma medida pelas ideologias racistas que por lá já circulavam – e, conseqüentemente, insistiam em manter as distinções de cor, reivindicando uma pretensa precedência na hierarquia sociorracial e exigindo deferência, os negros, por sua vez, soíam reagir, recusando-se a aceitar humilhações e afirmando perante os imigrantes sua igualdade e dignidade.

Outro estereótipo com o qual os negros correntemente se deparavam era o de que apresentariam propensão ao alcoolismo. Ainda que a embriaguez fizesse parte, à época, do cotidiano de diferentes grupos étnico-raciais, a presença de certo número de pretos bêbados nas ruas de Campinas e a algazarra, eventualmente promovida devido aos efeitos do álcool, colaboravam para reforçar a convicção daqueles que já tinham uma predisposição em qualificá-los como problemáticos. Não raramente, as matérias publicadas associavam a suposta vocação alcoólatra dos negros à promoção de desordens. Em setembro de 1894, o *Diário* noticiava a prisão do “pardo Basílio da Costa Pino” por ser considerado “ébrio e desordeiro” (Sem título, 1894). O jornal também atribuía à embriaguez a causa da morte do “preto Vicente”, assassinado pelo vendedor de doces, Cesário João Albino, após bater insistentemente à porta da casa desse último no bairro da Ponte Preta em plena madrugada (Assassinato, 1895: 1). Entre os indivíduos retratados como “bêbados”, “vagabundos” e “perturbadores da ordem”, que costumavam “dirigir insolências” aos transeuntes e comerciantes na área central da cidade, estava ainda o “preto Gabriel”, rotulado pela imprensa como um sujeito “imoral” e “inoportuno”, alguém que merecia uma “severa punição” por parte da polícia (Ébrios..., 1897: 1).

Até mesmo a seção de classificados constitui um bom exemplo para observar como “o estigma do cativo se transmutou em estigma de cor” (Monsma, 2021: 171). A reprodução de anúncios de contratação de empregadas domésticas é reveladora da permanente desconfiança e do preconceito em relação à gente negra. A mulher “branca” representava o perfil ideal para trabalhar como “criada” em uma residência particular, afinal, a clareza da pele era entendida como um marcador “genuíno” da diferença em comparação com a cor mais escura (Oboler, 1995), o que fazia dela, portanto, uma pessoa naturalmente mais confiável, preparada e competente (Figura 2). A recorrência desse tipo de publicidade denota ainda a profunda marginalização socioeconômica dos negros, uma vez que a suspeição sobre eles estava tão entranhada na sociedade que se preferia muitas vezes não depender desse grupo nem para executar um trabalho que prescindia de apurada habilidade ou treinamento técnico.

**Figura 2** – Anúncios de contratação de empregadas domésticas

Fonte: Creada (1890); Precisa-se (1898)

Como se nota, mesmo com o fim da escravidão, libertos e descendentes de escravos continuaram a ser sistematicamente estigmatizados pela população branca. Um iterado processo de racialização, sobejamente registrado e, inclusive, difundido nas páginas dos próprios periódicos, penetrou em meio às relações sociais, tentando fazer com que “a hierarquia senhorial, tão veementemente combatida nas décadas anteriores, fosse substituída por uma espécie de ordem natural das coisas” (Cunha, 2009: 26). Assim, a cor passou a ser mobilizada como uma “imagem figurada de raça” (Guimarães, 2009: 46), de modo que, para além da categoria “negro”, ainda muito impregnada do significado ofensivo herdado da escravidão, os marcadores “preto/a”, “mulato/a” e “pardo/a” começaram a ser gradativamente empregados para designar o outro racial, biológica e culturalmente “inferior”, como foco permanente de tensão e desequilíbrio social já no contexto de uma sociedade pós-abolição. Tratava-se, pois, de redefinir e reafirmar em novas bases as fronteiras e hierarquias com fins de manter os negros “em seu devido lugar”.

A persistência e imponência da cor como critério de distinção e formação de grupos depois do fim do escravismo, reforça Gato (2020: 39), “incorporou o significado moderno e oitocentista de raça sem desclassificar inteiramente os valores do passado”. Nesse sentido, a ressignificação racial da antiga nomenclatura das cores, outrora utilizada para distinguir senhores e escravos, teve o papel de tentar perpetuar a naturalização das diferenças sociais e culturais entre brancos e negros.

## Considerações finais

Campinas é um destino bastante representativo no oeste de São Paulo quando se trata de discutir a presença e a influência histórica da população negra. Alçado a polo agrícola da província na segunda metade do Século XIX mediante a intensa exploração do braço escravo, seja nas lavouras de cana-de-açúcar ou de café, o município beneficiou-se de uma densa malha ferroviária que, ademais de viabilizar o escoamento de sua produção até o porto de Santos, o aproximou da capital paulista, intensificando, conseqüentemente, as trocas com aquela que se firmava enquanto um pujante centro técnico, financeiro e mercantil. Dada a privilegiada posição econômica e geográfica de Campinas, aliada à sua condição de *locus* do republicanismo e à conformação de uma elite letrada cidadina, criaram-se condições propícias para o desenvolvimento de uma imprensa periódica local. O expressivo contingente de cor, ali arraigado, tornou-se precocemente alvo de representações e imputações em suas páginas. Por esse motivo, e também devido à ausência de registros que eventualmente viabilizariam observar as interpretações dos próprios negros relativas à vida cotidiana no imediato pós-abolição, este artigo se dedicou, então, a examinar as formas de representação racial acerca desses indivíduos veiculadas em meio às folhas campineiras de grande circulação à época.

Observa-se que a apreensão com a rebeldia dos cativos, manifestada em edições de jornais publicadas nos últimos anos da escravidão, convertera-se ante o desmonte do mundo senhorial em uma suspeição permanente em relação aos costumes e à personalidade moral dos ex-escravos e descendentes para fazerem bom uso da liberdade. À medida que os negros ansiavam progressivamente por respeito, igualdade e pela superação do preconceito de cor e do estigma da escravidão, expoentes de segmentos abastados empenhavam-se em naturalizar a hierarquização de grupos sociais. O pós-abolição, nesse sentido, configurou-se em um campo de tensão e disputa, permeado por concepções e expectativas diversas entre negros e brancos acerca dos sentidos da liberdade e da cidadania.

Conforme busquei demonstrar neste texto, enquanto a gente de cor celebrava o 13 de Maio como um marco da aquisição do direito de ir e vir e uma ocasião ímpar para negociar sua integração social, as elites brancas locais valiam-se pontualmente da efeméride para encenar um clima de solidariedade entre as raças, bem como sua própria “redenção” depois de décadas de dominação racial. No restante do tempo, porém, ademais dos artigos jornalísticos nos quais se cobrava a disciplinarização da vida dos negros e a demonstração de que seriam capazes de honrar a liberdade que lhes fora supostamente concedida, essa simulação de cidadania ficava amplamente despida em iteradas reportagens que os

retratavam em situações negativas e indignas do dia a dia. Na medida em que as reivindicações por liberdade e igualdade de tratamento e de oportunidades passaram a prescindir de referências à origem, ao nascimento e à cor, os brancos imprimiram um profundo processo de racialização das relações sociais, resignificando e transformando as tradicionais categorias de cor em tropos para a raça, com vistas a reorganizar hierarquias e redimensionar concepções de diferença (Albuquerque, 2009; Gato, 2020; Guimarães, 2009).

A frequência com que os periódicos campineiros noticiavam e associavam a cor do indivíduo a episódios envolvendo violência, furto, desordem, vadiagem e alcoolismo é reveladora de como a elite ilustrada citadina simultaneamente reproduzia e contribuía para estimular tais estereótipos em meio ao cotidiano, naturalizando e legitimando a inferioridade dos negros e sua consequente subalternização social no pós-emancipação.

## Referências

- A ABOLIÇÃO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 16 mai. 1888.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Alberto Faria - Biografia*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2025.
- AGÊNCIAS DE TRABALHO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 22 mai. 1888.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- AOS LIBERTOS. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 21 ago. 1888.
- ANNUNCIOS. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 3, 24 set. 1875.
- ASSASSINATO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 26 jan. 1892.
- ASSASSINATO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 27 ago. 1895.
- ASSASSINATO E SUICÍDIO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 5 set. 1888.
- AVE LIBERTAS. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 16 mai. 1888.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BASSANEZI, Maria Silvia. *São Paulo do passado: dados demográficos, 1890*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1998.
- BOLETIM. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 16 mai. 1888.
- BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*, v. 6. São Paulo, Saraiva S. A., 1958.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho, cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Livraria Ciências Humanas Ltda., 1982.
- CREADA. *Gazeta de Campinas*, Campinas, p. 2, 8 ago. 1890.
- CRUZ, Heloisa Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890/1915*. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- 13 DE MAIO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 13 mai. 1894.
- 13 DE MAIO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 15 mai. 1898.
- DESORDENS. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 29 jan. 1889.
- DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 19-48, dez. 2011.
- DUARTE, Paulo. Negros no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1947, p. 6.
- ÉBRIO E DESORDEIRO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 16 set. 1894.
- ÉBRIOS E INSOLENTES. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 27 jan. 1897.
- ENFORCADO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 4 set. 1888.
- ESBORDAMENTO. *Cidade de Campinas*, Campinas, p. 2, 29 jun. 1897.
- ESCRAVOS FUGIDOS. *Gazeta de Campinas*, Campinas, p. 3, 23 nov. 1873.
- EXTINÇÃO DO CAPTIVEIRO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 17 mai. 1888.
- FÁBRICA DE BRIGAS E ESCANDALOS. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 29 jan. 1889.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Globo, 2008.
- FESTEJOS DE 13 DE MAIO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 3, 13 mai. 1897.
- FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. v. 2. Lisboa, Livraria Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- FILHO, Duílio Battistoni. *Imprensa e literatura em Campinas nos seus primórdios*. Campinas, Pontes Editores, 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre*. São Paulo, Global, 2004.
- FURTO. *Gazeta de Campinas*, Campinas, p. 2, 28 jun. 1890.
- FURTO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 18 set. 1897.
- FURTO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 15 mai. 1898.
- GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. São Paulo, Perspectiva, 2020.
- GATUNO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 21 ago. 1894.

- GATUNO PRESO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 24 ago. 1894.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Barueri, LTC, 1981.
- GRAVES DESORDENS. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 13 set. 1898.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29/30, 2003, p. 247-269.
- . *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2009.
- . A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, n. 2, jul./dez. 2011, p. 17-36.
- . Raças e racismos: junções e disjunções. *Tempo Social*, São Paulo, v. 36, n. 2, mai./ago. 2024, p. 37-59.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2016.
- INQUÉRITO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 21 jun. 1891.
- LOBO, Antonio Alvares. O benefício da redenção. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 13 mai. 1897.
- MANIFESTAÇÕES. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 22 mai. 1888.
- MATTOS, Hebe. A cor inexistente. Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 28, 1995, p. 101-127.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.
- MÁXIMAS IRREFLEXÕES. *Gazeta de Campinas*, Campinas, p. 2, 7 ago. 1890.
- MONSMA, Karl. Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste paulista, 1887-1914. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005, p. 103-149.
- . *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos, EdUFSCar, 2021.
- NABUCO, Joaquim. *Manifesto da sociedade brasileira contra a escravidão*. Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1880.
- NOSSO PROGRAMMA. *O Baluarte*, Campinas, p. 1, 15 nov. 1903.
- OBOLER, Suzanne. *Ethnic labels, Latino lives: identity and the politics of (re)presentation in the United States*. Minneapolis/Londres, University of Minnesota Press, 1995.
- O BRAZIL LIVRE!. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 16 mai. 1888.
- PALMA, Rogério da. *Racismo e liberdade: relações interracialis e a construção da (sub) cidadania negra*. São Paulo, Alameda, 2021.
- PINTO, Ana Maria Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2010.

- PRECISA-SE. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 3, 11 mai. 1898.
- PRISÃO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 15 mai. 1889.
- . *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 17 ago. 1890.
- PRISÕES. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 13 nov. 1888.
- PRISÕES. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 16 jan. 1889.
- PRIZÃO DE CRIMINOSO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 3 mar. 1891.
- PROMETTE!. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 23 jun. 1891.
- ROUBO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 11 set. 1897.
- ROUBO AUDACIOSO. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 20 jun. 1891.
- SALVE LIBERDADE!. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 1, 16 mai. 1888.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- . *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.
- [SEM TÍTULO]. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 16 set. 1894.
- SETEMY, Adrianna. *Partido Republicano Federal (PRF)*. Rio de Janeiro, FGV CPDOC, 2025.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil sudeste, século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.
- SOLDADO PROVOCADOR. *Diário de Campinas*, Campinas, p. 2, 23 ago. 1888.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A colonização e a economia açucareira em Campinas, 1765 a 1829. *História*, São Paulo, v. 39, 2020, p. 1-23.
- TRUZZI, Oswaldo; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). In: TRUZZI, Oswaldo. (org.). *Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo*. São Carlos, EdUFSCar, 2021, p. 13-44.

Data de recebimento: 30 de abril de 2025

Data de aceite: 18 de novembro de 2025

### **Cocitar este artigo:**

MINA, Renan Vidal. Representações dos negros na imprensa campineira na primeira década pós-abolição. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.16, p. 1-27, e161424, 2026, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v16.1424>